

**EDcl no AgInt no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.195 - DF
(2019/0139527-3)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : ANTONIO MARQUES
ADVOGADOS : REINALDO TOLEDO - SP028304
REINALDO ANTONIO NOGUEIRA TOLEDO - SP183934
MOHAMED DANTAS ISMAIL - SP192480
INTERES. : MINISTRO DA DEFESA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS JÁ EXAMINADOS E REPELIDOS. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. MULTA IMPOSTA À UNIÃO EMBARGANTE.

1. A incidência dos juros e correção monetária, questão que a União tem por não tratada, foi examinada e decidida pelo órgão colegiado, não existindo, nesse contexto, omissão, contradição ou obscuridade a ser reparada.

2. O intuito protetatório da parte embargante, evidenciado pela mera repetição dos argumentos já examinados e repelidos pelo acórdão embargado, justifica a imposição da multa prevista no art. 1.026, § 2.º, do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa à União.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator